

MIGRANTES E NÃO-MIGRANTES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA: PESSOAS VULNERÁVEIS, QUE BUSCAM NO AMBIENTE URBANO UBERLANDENSE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE, LAZER, QUALIFICAÇÃO, RENDA E ACESSIBILIDADE*

Luiz Bertolucci Júnior ♦
Ester William Ferreira *
Darcilene Cláudio Gomes ♥

Resumo

O estudo identifica o perfil demográfico e sócio-econômico dos migrantes e não-migrantes portadores de deficiência, residentes em Uberlândia-MG, a partir do conceito de migração acumulada (não-naturais) e de última etapa. Utiliza-se dos resultados obtidos na pesquisa Levantamento de Informações Econômico-Sociais da População Portadora de Deficiência no Município de Uberlândia – MG, realizada em 2004, pelo CEPES/IEUFU. Procurou-se verificar se os migrantes e não-migrantes portadores de deficiência apresentam desigualdades no que se refere ao perfil demográfico e por tipo de deficiência; a origem do migrante e as possíveis etapas migratórias; se a diferença de renda, culminando com a pobreza, apresenta padrões desiguais para os migrantes e, por último, buscou-se inferir, a partir dos dados, se existem demandas em torno da acessibilidade não contempladas.

Palavras-chave: migrantes e não-migrantes portadores de deficiência; migração; pobreza; acessibilidade.

Sessão temática: Demografia e Políticas Públicas.
D5 – População e políticas públicas.

* Trabalho apresentado no XIII Seminário sobre a Economia Mineira, realizado em Diamantina/MG – Brasil, de 26 a 29 de agosto de 2008.

♦ Economista do Centro de Pesquisas Econômico-sociais do Instituto de Economia - CEPES/IEUFU da Universidade Federal de Uberlândia e Doutorando/Mestre em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG (MG).

* Economista do CEPES/IEUFU. Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UFU (MG).

♥ Doutoranda em Economia Aplicada na área de Economia Social e do Trabalho / Unicamp. Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco – Recife/PE.

Migrantes e não-migrantes portadores de deficiência: pessoas vulneráveis, que buscam no ambiente urbano uberlandense políticas públicas em saúde, lazer, qualificação, renda e acessibilidade*

Luiz Bertolucci Júnior ♦
Ester William Ferreira *
Darcilene Cláudio Gomes ♥

A migração interna, o momento em que pessoas deslocam-se entre os municípios brasileiros, buscando fixar residência em outra localidade que não a de nascimento, sempre representou relevante evento demográfico ao longo da história do Brasil, gerando disparidades no crescimento populacional entre as diversas regiões do País e, particularmente, dos municípios mineiros (Carvalho et al, 1998).

Estudos diversos tem mostrado que as Minas Gerais são muitas e que as regiões componentes do estado mostram diferentes dinâmicas de urbanização, emprego e migração (Martins et al, 2007), gerando, portanto, mudanças nos fluxos e nos saldos migratórios, e por isto mesmo, resultante de motivações várias que levam as pessoas a permanecerem em seus locais de origem ou buscarem outros municípios que possam significar nova oportunidade de inserção, fixação e qualidade de vida (Leme, 2001).

Deficiência e pobreza representam fortes motivações para deslocamentos intermunicipais de pessoas, principalmente na direção de centros urbanos que possam oferecer oportunidades de tratamento, reabilitação e renda (Lessa, 2007 e Gomes e Neder, 2000).

Saúde e emprego, bem como o acompanhamento da parentela, em muitos casos definem a direção dos fluxos migratórios e motivam a fixação de famílias em municípios distantes das regiões onde nasceram, ou seja, a dinâmica econômica também determina o potencial de atração populacional de um município (Pochmann, 2000).

Uberlândia, município mineiro, tem sido estudado e apresentado em diversos estudos como localidade com excelente índice de desenvolvimento, se comparado a outros municípios brasileiros (Muniz et al, 2005) e caracterizado como região absorvedora líquida de população brasileira, ou seja, apresenta diferenças migratórias líquidas positivas com todos os demais municípios brasileiros (Bertolucci, 2001), retendo volumes maiores de população, mesmo migrante, do que o número de pessoas que fornece a outras regiões do país.

Neste sentido, por conta de Leis e ações recentes motivadoras de emprego e trabalho para a população portadora de deficiência (Ribas, 2005), expressivo contingente populacional censitado na população uberlandense (e também na composição da população brasileira), conforme o Censo Demográfico de 2000 (IBGE) demonstrou, realizou-se a pesquisa “Levantamento de Informações Econômico-Sociais da População Portadora de Deficiência no Município de Uberlândia – MG (FASE I)”, proposta ao CEPES/IEUFU pelo Conselho Municipal da Pessoa Portadora de

* Trabalho apresentado no XIII Seminário sobre a Economia Mineira, realizado em Diamantina/MG – Brasil, de 26 a 29 de agosto de 2008.

♦ Economista do Centro de Pesquisas Econômico-sociais do Instituto de Economia - CEPES/IEUFU da Universidade Federal de Uberlândia e Doutorando/Mestre em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG (MG).

* Economista do CEPES/IEUFU. Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UFU (MG).

♥ Doutoranda em Economia Aplicada na área de Economia Social e do Trabalho / Unicamp. Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco – Recife/PE.

Deficiência (COMPOD), pelo Ministério Público do Trabalho/ Procuradoria Regional do Trabalho 3ª Região – MG, pelo Ministério do trabalho e Emprego/ Subdelegacia Regional de Uberlândia – MG e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - Uberlândia -MG.

Os proponentes desejavam, a partir de uma pesquisa de campo, construir uma ampla base de dados com informações econômico-sociais da população portadora de deficiência no município, a fim de possibilitar políticas públicas de inserção desta população no mercado de trabalho, bem como garantir ações que ampliassem a acessibilidade das PPD, num primeiro momento no meio urbano.

A construção desta base de informações foi alavancada por conta do Decreto nº 3.298/1999, que regulamenta a lei nº 7.853/1989, e que determina a existência de vagas no mercado de trabalho formal disponibilizadas pelas empresas aos portadores de deficiência. A base de informações ajudaria no cumprimento da lei, por parte de empresas privadas, em sua maioria, dado que o setor público já tem buscado atender ao Decreto.

As pesquisas censitárias realizadas pelo IBGE (Censo Demográfico de 2000) e pelo CEPES/IEUFU (Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia/ 2001) contribuíram para definir relevante painel das famílias e pessoas portadoras de deficiência, no município, no entanto, justificou-se a realização de pesquisa específica em 2004, a fim de construir nova base de informações onde se poderia, além de quantificar, identificar e localizar as pessoas portadoras de deficiência no município de Uberlândia, com certo grau de detalhamento qualitativo da informação, conhecer a população com deficiência em idade ativa que possa ser preparada para o mercado de trabalho formal, cadastrando-se estas pessoas.

A construção da base de informações nesta fase do “Levantamento de Informações Econômico-Sociais da População Portadora de Deficiência no Município de Uberlândia – MG”, LIESPPDeficiência/2004, aconteceu a partir de pesquisa junto aos portadores de deficiência, tendo como referência o cadastro fornecido pelas Associações/Instituições que atualmente desenvolvem atividades e prestam apoio e orientação a esta população, o cadastro de gratuidade e do serviço “porta a porta” das pessoas portadoras de deficiência fornecido pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes - SETTRAN, a base de dados sobre portador de deficiência da pesquisa “Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia” (2001), o cadastro fornecido pelas escolas municipais vinculadas ao Ensino Especial e também o cadastro de ligações telefônicas (Camargos Borges et al, 2005).

Mesmo sabendo que a cidade de Uberlândia já contava com aproximadamente 63 mil¹ portadores de deficiência em 2000, optou-se por fazer uma pesquisa direcionada a aproximadamente 10% desta população, buscando-se recursos orçados para esta primeira fase com o propósito de localizar 5000 portadores de deficiência. Para tanto, utilizando-se dos cadastros citados acima, foi elaborado um roteiro de visitas constando o nome e o endereço do portador de deficiência e, buscando facilitar o trabalho de campo, os mesmos foram entrevistados em sua residência, na escola ou na associação que freqüentavam. Nesses locais foram preenchidos o *Questionário Simplificado*, constando informações do domicílio do portador de deficiência, e o *Questionário Completo* para cada portador de deficiência com idade compreendida na faixa de 13 a 60 anos, entendida, aqui, como faixa de idade que favorece a absorção do portador de deficiência no mercado de trabalho formal.

A unidade estatística da pesquisa foi constituída pelo domicílio, pelas associações e pelas instituições de apoio à pessoa com deficiência. Como por meio do cadastro era possível identificar nominalmente cada pessoa com deficiência, a tentativa foi localizá-la no seu endereço ou nas

¹ Informação obtida através do Censo Demográfico de 2000. De acordo com este censo o Brasil contava, em 2000, com 24,5 milhões de pessoas com deficiência, número que corresponde a 14,5% da população brasileira. Considerando o Estado de Minas Gerais, o percentual é de 14,90%, o que corresponde a 2,66 milhões da população mineira. Em Uberlândia, o censo indica que a cidade contava com 12,64% da população (501.214 habitantes em 2000) com deficiência, o que corresponde a aproximadamente 63 mil pessoas.

associações. Dessa forma, foi preenchido um questionário completo para cada pessoa que estivesse na faixa etária de 13 a 60 anos e um questionário simplificado para o restante.

A pesquisa também contemplou os portadores de deficiência que não constavam do cadastro original e que, no momento da pesquisa de campo, foram localizados nos endereços pesquisados ou através do próprio portador de deficiência pesquisado que, no momento da entrevista, informava conhecer alguma outra pessoa com deficiência próxima a sua residência.

A pesquisa de campo foi realizada no período de 6 de novembro de 2004 a 21 de janeiro de 2005, períodos suficientes para que os entrevistadores pudessem visitar os endereços selecionados, bem como realizar os retornos àqueles domicílios em que, por ocasião da primeira visita, não foi possível o portador de deficiência responder o questionário proposto.

De maneira geral, os conceitos utilizados nesse levantamento são aqueles utilizados nas freqüentes pesquisas de caráter censitário realizadas no País, o que garante certa comparabilidade entre os resultados desta pesquisa com outras de método semelhante realizadas no município.

Certamente os resultados apresentados a seguir, tabulações especiais geradas pela LIESPPDeficiência/2004, possibilitarão melhor conhecimento de parte da população portadora de deficiência residente no município de Uberlândia, desagregada em migrantes e naturais, permitirão melhor decisão por parte de agentes públicos quanto às políticas necessárias à garantia de inserção desta população no mercado de trabalho e na busca de acessibilidade e cidadania.

Portanto, este estudo identifica o perfil demográfico e sócio-econômico dos migrantes e não-migrantes portadores de deficiência, residentes em Uberlândia-MG, a partir do conceito de migração acumulada (não-naturais) e de última etapa. Procurou-se verificar se os migrantes e não-migrantes portadores de deficiência apresentam desigualdades no que se refere ao perfil demográfico e por tipo de deficiência; a origem do migrante e as possíveis etapas migratórias; se a diferença de renda, culminando com a pobreza, apresenta padrões desiguais para os migrantes e, por último, buscou-se inferir, a partir dos dados, se existem demandas em torno da acessibilidade não contempladas.

1 – Perfil demográfico e por deficiência das pessoas pesquisadas

Nesta seção, apresentar-se-á informações sobre o perfil demográfico e a distribuição da população pesquisada por tipo de deficiência, incluindo alguns dados sobre a situação domiciliar das pessoas portadoras de deficiência entrevistadas, objetivando caracterizar os migrantes e não migrantes, sobreviventes até o ano de 2004, data de realização da pesquisa, e que fixaram residência em Uberlândia – MG, em busca de apoio social mínimo que lhes favoreçam na superação dos limites diversos impostos pela deficiência.

Na Tabela 1, consideram-se todos os pesquisados, ou seja, aqueles que responderam o questionário completo, por fazerem parte do grupo etário com idades entre 10 e 65 anos (PIA - população em idade ativa), o que inclui a PEA (população economicamente ativa), escopo maior da pesquisa, informações que serão detalhadas nas seções seguintes, e aquelas pessoas portadoras de deficiência que responderam somente o questionário simplificado, a minoria, que contempla informações relacionadas apenas nesta tabela, ou seja, pessoas que não integravam a PIA, mas foram entrevistas e incluídas na base de dados.

A tabela, em análise, mostra que a maior parte das pessoas portadoras de deficiência pesquisadas (PPDs) declararam possuir deficiências físicas (44,15%), em sua maioria, com idades acima de 30 anos e homens. Somente os grupos decenais de 50 a 59 anos e de 70 anos e mais apresentam maior proporção de mulheres com deficiência física que os homens pesquisados.

Pessoas portadoras de deficiência mental representaram 22,48% do total de PPDs, em sua maioria homens com idades entre 10 e 30 anos. As PPDs com dificuldades visuais somam-se, aproximadamente, 13% do total – 496 pessoas, enquanto as PPDs auditiva representam 11%, 412

peças com dificuldades na fala e audição. Do total, 3831 PPDs, próximo a 10%, são de pessoas que não identificaram claramente o tipo de deficiência que possuíam ou a pessoa responsável pelas informações sobre o portador de deficiência também não identificou ou declarou o tipo de deficiência.

A Tabela 1 mostra que a distribuição quantitativa das PPDs apresenta certa proximidade relativa entre os grupos decenais compreendidos entre 20 e 59 anos, sendo que a maioria das PPDs se concentram em idades acima de 20 anos, idades que pressionam estes recentes adultos por ampla educação formal ou por formação complementar em cursos de capacitação, facultando melhor inserção da PPD no mercado de trabalho formal, que sempre exige qualificação do trabalhador.

Tabela 1 - Pessoas Portadoras de Deficiência segundo idade (por grupo decenal), sexo e tipos de deficiência declarada – Uberlândia/MG.

Idade (grupo decenal)	Sexo	Total geral		Tipos de deficiência declarada									
		Número	%	Auditiva		Física		Mental		Visual		Não identificada	
				Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Até 10 anos	Feminino	20	0,5	5	0,13	3	0,08	7	0,18	1	0,03	4	0,10
	Masculino	20	0,5	3	0,08	4	0,10	7	0,18	-	-	6	0,16
10 a 19 anos	Feminino	252	6,6	45	1,17	52	1,35	120	3,14	22	0,57	13	0,34
	Masculino	350	9,1	49	1,27	62	1,61	170	4,44	34	0,88	36	0,94
20 a 29 anos	Feminino	308	8,0	45	1,17	117	3,07	93	2,42	32	0,83	21	0,55
	Masculino	371	9,7	43	1,12	144	3,77	136	3,56	27	0,70	21	0,55
30 a 39 anos	Feminino	334	8,7	26	0,68	175	4,57	47	1,22	51	1,33	35	0,91
	Masculino	405	10,6	48	1,25	205	5,35	76	1,98	40	1,04	37	0,96
40 a 49 anos	Feminino	412	10,8	39	1,01	205	5,35	64	1,66	63	1,64	42	1,09
	Masculino	384	10,0	27	0,70	226	5,90	59	1,53	46	1,20	27	0,70
50 a 59 anos	Feminino	382	10,0	24	0,62	210	5,48	36	0,94	71	1,85	42	1,09
	Masculino	356	9,3	36	0,94	175	4,57	25	0,65	66	1,72	55	1,43
60 a 69 anos	Feminino	70	1,8	3	0,08	40	1,04	7	0,18	10	0,26	10	0,26
	Masculino	105	2,7	12	0,31	46	1,20	9	0,23	20	0,52	18	0,47
70 anos e mais	Feminino	39	1,0	7	0,18	17	0,44	3	0,08	9	0,23	3	0,08
	Masculino	23	0,6	2	0,05	10	0,26	3	0,08	6	0,16	2	0,05
Total	-	3.831	100,00	412	10,76	1.691	44,15	861	22,48	496	12,94	370	9,67

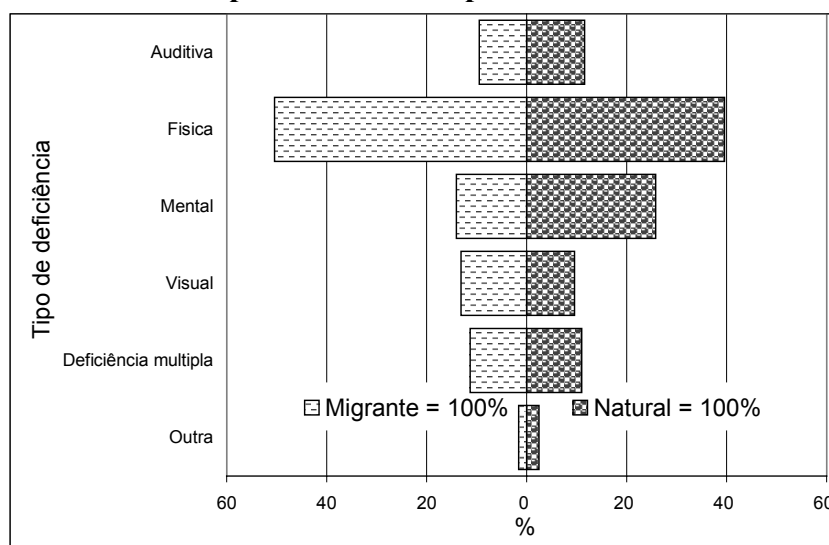
Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

¹Observação: Inclui todos os portadores de deficiência residentes nos domicílios pesquisados.

A Figura 1 mostra a distribuição das PPD, desagregadas por migrantes e naturais, por tipo de deficiência declarada. Observa-se que, tanto entre os migrantes quanto entre os não migrantes, os portadores de deficiência física destacam-se relativamente aos demais, registrando participações em torno de 50% e 40%, respectivamente. Contudo, a participação das PPD mental é maior entre os naturais do que entre os migrantes, resultado semelhante ao observado quanto aos portadores de deficiência auditiva. Por outro lado, a participação relativa de portadores de deficiência múltipla (duas ou mais deficiências) é maior entre os migrantes do que entre os não migrantes, o que também é observado para as PPD visual.

O padrão por tipo de deficiência e naturalidade, considerando como padrão a distribuição relativa dos migrantes e naturais de Uberlândia-MG, destaca que as deficiências físicas, independente da origem da pessoa entrevistada, é aquela com maior participação e que, somada à deficiência múltipla, sugere a premente necessidade de conhecer-se as implicações e os limites impostos a estas pessoas, em sua vida cotidiana.

Figura 1 - Padrão do tipo de deficiência por naturalidade - Uberlândia/MG



Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU, 2004.

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos entrevistados por tipo de deficiência e naturalidade. São considerados na tabela, somente os entrevistados que fazem parte da PIA (População entre 10 e 65 anos de idade), podendo-se afirmar que do total de 3.574 entrevistados, parcela significativa dos portadores de deficiência física (31,56%) nasceu em outro município e migrou para Uberlândia-MG. Com participação relativa maior, em relação aos naturais, as PPD visual e múltipla, embora em menores proporções, 8,20% e 7,08%, respectivamente, são pessoas que nasceram em outro município.

Tabela 2 - Portadores de Deficiência por tipo de deficiência e naturalidade - Uberlândia/MG.

Tipo de deficiência	Nasceu em outro município		Nasceu em Uberlândia		Total	
	Portadores de deficiência	%	Portadores de deficiência	%	Portadores de deficiência	%
Auditiva	213	5,96	155	4,34	368	10,30
Física	1.128	31,56	529	14,80	1.657	46,36
Mental	314	8,79	345	9,65	659	18,44
Visual	293	8,20	128	3,58	421	11,78
Deficiência múltipla	253	7,08	147	4,11	400	11,19
Outra	36	1,01	33	0,92	69	1,93
Total	2.237	62,59	1.337	37,41	3.574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU, 2004.

Considerando que aproximadamente dois terços dos entrevistados são de migrantes acumulados, os que nasceram em outro município, buscou-se verificar se o movimento migratório ocorreu antes ou após a aquisição da deficiência, ou de outro modo, se a pessoa adquiriu a deficiência antes de empreender ao movimento migratório intermunicipal, fixando residência em Uberlândia-MG, pelo menos até a data de realização da pesquisa, o ano de 2004.

Neste ponto, conforme retratado na Tabela 3, considerou-se a distribuição relativa para o total de migrantes (2.237 pessoas) e, de outro lado, para o total de naturais do município em análise (1.337 pessoas), facultando observar se há alguma mudança na distribuição por tipo de deficiência, considerando os grupos de pessoas em separado.

Observou-se que mais de 70% das PPD, que nasceram em outro município, adquiriram a deficiência após o nascimento, enquanto 28,61% declararam que nasceram com a deficiência, como

pode ser confirmado na Tabela 3. Nessa população migrante, distribuída por tipo de deficiência, percebe-se que, exceto no caso dos portadores de deficiência mental, todos os outros afirmaram que adquiriram a deficiência após o nascimento, relativamente àqueles que nasceram com a deficiência..

Entre as PPD naturais, as porcentagens de quem adquiriu a deficiência após o nascimento e de quem nasceu com a deficiência apresentaram pequena diferença, mostrando certa aproximação, 51,91% e 48,09%, respectivamente. Contudo, a observação dos resultados por tipo de deficiência mostra que as PPD auditiva (7,55%), mental (19,97%) e múltipla (6,13%) afirmaram que nasceram com a deficiência. Parcela significativa dos portadores de deficiência física (29,99%) e visual (5,76%) adquiriu a deficiência após o nascimento.

Os resultados, apresentados pela Tabela 3, sugerem que estudos deveriam ser implementados no sentido de verificar se as pessoas que experimentam o desafio da deficiência, após o nascimento, apresentariam propensão ou motivação maior a migração e, se este movimento intermunicipal seria na direção do urbano ou rural, locais com maior disponibilidade de recursos e infra-estrutura que minorem as dificuldades vividas por um portador de deficiência.

Tabela 3 - Portadores de Deficiência, naturais e não naturais, por tipo de deficiência e momento em que adquiriu a deficiência - Uberlândia/MG.

Tipo de deficiência	Nasceu em outro município = 100%				Nasceu em Uberlândia-MG = 100%			
	Adquiriu a deficiência após o Nascimento	%	Nasceu com a deficiência	%	Adquiriu a deficiência após o Nascimento	%	Nasceu com a deficiência	%
Auditiva	110	4,92	103	4,60	54	4,04	101	7,55
Física	969	43,32	159	7,11	401	29,99	128	9,57
Mental	139	6,21	175	7,82	78	5,83	267	19,97
Visual	200	8,94	93	4,16	77	5,76	51	3,81
Deficiência múltipla	156	6,97	97	4,34	65	4,86	82	6,13
Outra	23	1,03	13	0,58	19	1,42	14	1,05
Total	1.597	71,39	640	28,61	694	51,91	643	48,09

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência". CEPES/IEUFU, 2004.

Observado o expressivo e majoritário contingente de pessoas portadoras de deficiência, nascidas em outros municípios brasileiros, em relação ao total de entrevistados, e que adquiriram a deficiência após o nascimento, buscou-se verificar se a mudança de residência intermunicipal ocorreu antes ou após adquirir a deficiência.

A Tabela 4 apresenta que significativo percentual (47,15%) de PPD adquiriu a deficiência no ano em que migrou para o município de Uberlândia, que se somados aos 24,92% de PPD que migraram após adquirir a deficiência, a maioria de deficientes físicos, define um quadro que sugere o deslocamento para o município em análise, provavelmente em busca de tratamentos específicos de saúde ou reabilitação em razão da aquisição da deficiência, o que justifica a permanência em Uberlândia. Destacam-se os expressivos contingentes de portadores de deficiência física (28,93%), visual (6,20%) e múltipla (5,64%) que migraram no ano em que adquiriram a deficiência.

Em torno de 25% das PPD migrantes, adquiriram a deficiência após o nascimento e antes de migrar para Uberlândia, estando distribuídos, por tipo de deficiência, nos seguintes percentuais: física (14,78%), visual (3,26%), mental (2,44%), auditiva (2,38%) e múltipla (1,94%). Relacionando estes resultados ao pequeno percentual de pessoas que adquiriram a deficiência após a migração, ou seja, após fixarem residência em Uberlândia-MG, pode-se inferir que defrontar-se com a deficiência, em localidades com insuficiente estrutura de saúde e acessibilidade pode representar uma forte motivação para deslocamentos em direção a cidades que contam com rede densa de serviços e outros recursos de apoio ao deficiente, certamente gerando não só a migração individual do portador de deficiência, mas de toda a família do mesmo.

Parcela expressiva dos portadores de deficiência entrevistados (25,55%) não informaram o ano em que adquiriram a deficiência, sugerindo os erros de memória, mas também certo receio em

melhor qualificar sua condição de migrante e, por conta disto, perder benefícios públicos ou privados que requerem certo tempo de permanência no município.

Tabela 4 - Portadores de Deficiência por tipo de deficiência adquirida e momento em que adquiriu a deficiência em relação à migração para Uberlândia/MG.

Tipo de deficiência	Adquiriu a deficiência antes de migrar		Adquiriu a deficiência no ano que migrou		Adquiriu a deficiência depois de migrar		Não informou a idade em que adquiriu a deficiência		Total de Portadores de deficiência	
		%		%		%		%		%
Auditiva	38	2,38	38	2,38	3	0,19	31	1,94	110	6,89
Física	236	14,78	462	28,93	26	1,63	245	15,34	969	60,68
Mental	39	2,44	51	3,19	1	0,06	48	3,01	139	8,70
Visual	52	3,26	99	6,20	6	0,38	43	2,69	200	12,52
Deficiência múltipla	31	1,94	90	5,64	2	0,13	33	2,07	156	9,77
Outra	2	0,13	13	0,81	-	-	8	0,50	23	1,44
Total	398	24,92	753	47,15	38	2,38	408	25,55	1.597	100

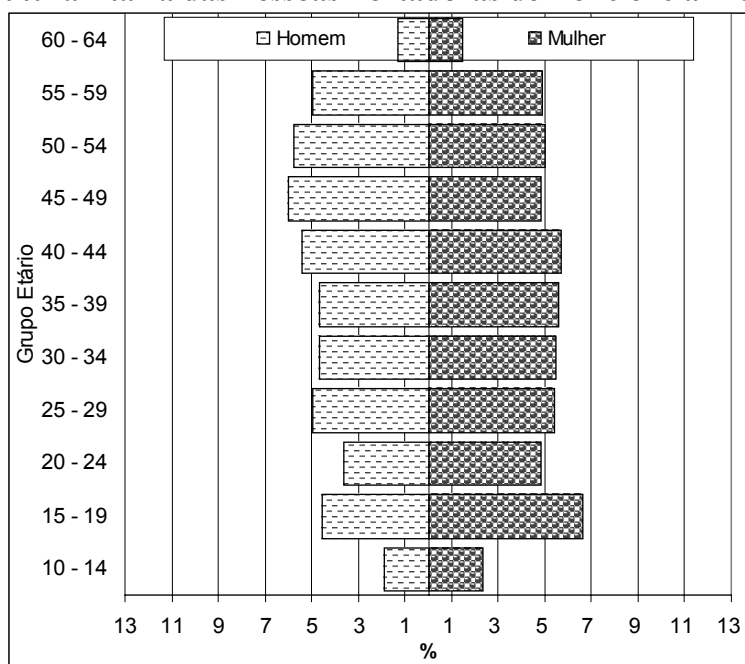
Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU, 2004.

De qualquer maneira, estes resultados denotam que o município de Uberlândia-MG, reconhecidamente pólo regional (Martins et al, 2007) e, portanto, com expressiva capacidade de atrair e fixar população, deve-se aparelhar para o melhor atendimento e inserção das pessoas que buscam em sua cidade nova oportunidade de vida com qualidade, ainda que portador de deficiência.

A estrutura etária de homens e mulheres portadores de deficiência, migrantes e não migrantes, colaboram na definição do perfil populacional dos entrevistados.

A Figura 2 nos apresenta uma estrutura etária com maior participação de pessoas com idades acima de 30 anos, com exceção do grupo etário de mulheres com idades entre 15 e 19 anos, aproximadamente 7% da população pesquisada. O maior grupo etário masculino encontra-se nas idades de 45 a 49 anos, quase 6% do total. Observa-se certa proximidade entre os percentuais de mulheres e homens para os mesmos grupos etários, sendo que na maioria deles encontra-se maior percentual de mulheres. No entanto, nos grupos de idade mais avançada, acima dos 45 anos, os homens estão, relativamente, em maior número, valendo a pena avaliar se para as idades mais altas, ao contrário do que acontece com a população em geral, quando a maioria dos homens morrem antes das mulheres, estaria ocorrendo sobremortalidade das mulheres portadoras de deficiência.

Figura 2 - Estrutura Etária das Pessoas Portadoras de Deficiência - Uberlândia/MG.



Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU/2004.

Essa estrutura mais envelhecida para a população retrata em parte o escopo da pesquisa que desejou captar informações para a população em idade ativa, acima de 10 anos. Vale considerar que existe certa subnumeração no número de portadores de deficiência, uma vez que as famílias escondem ou não consideram algum parente como tal, por diversos motivos, entre eles, o preconceito.

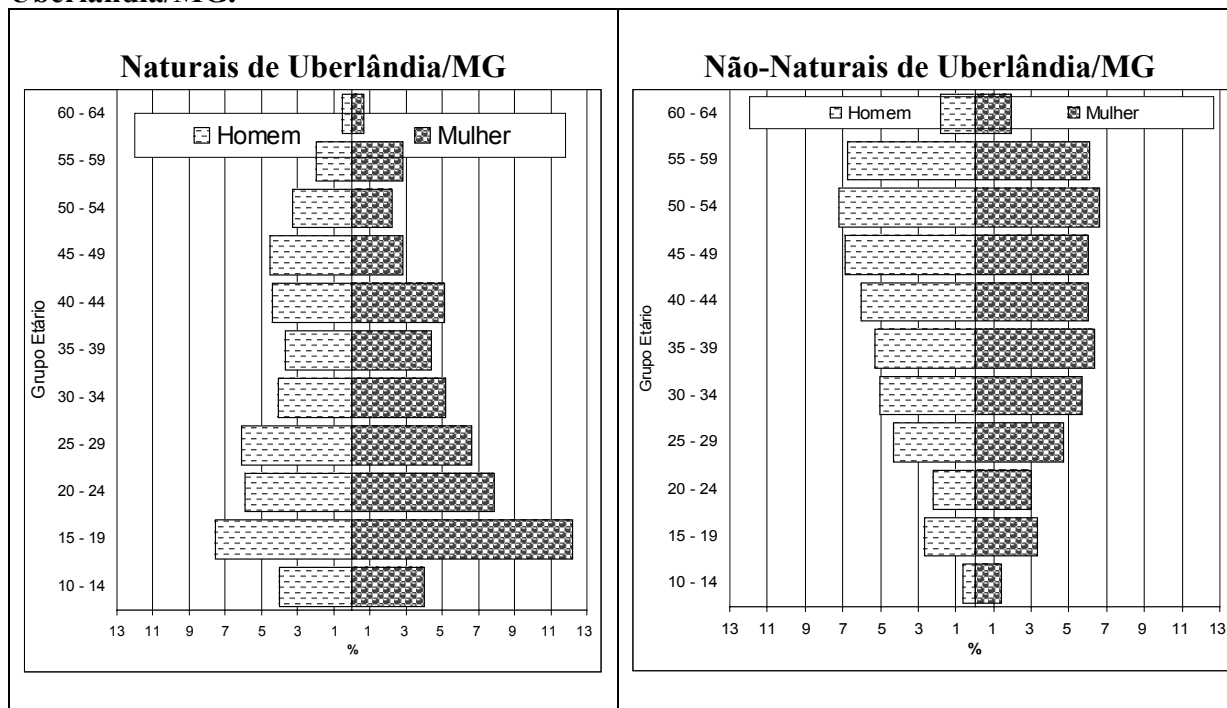
Além disso, na estrutura etária apresentada, não se consideram a totalidade de idosos, pessoas acima de 60 anos, importante parcela da população uberlandense a requerer serviços e produtos especiais para suas necessidades senis ou especiais, quando se trata de idosos portadores de deficiência (Bertolucci et al, 2005).

A Figura 3 apresenta de maneira desagregada os naturais e os não-naturais de Uberlândia/MG, possibilitando verificar que estas populações apresentam pirâmides etária e por sexo diferenciadas.

Enquanto a pirâmide das pessoas portadoras de deficiência, naturais de Uberlândia/MG, retrata um contingente populacional jovem, concentrado nas idades entre 15 e 29 anos, e expressiva maioria de mulheres, a pirâmide dos não-naturais mostra uma forma invertida, com maior participação relativa dos grupos etários em idades mais avançadas, concentrados nas idades acima de 45 anos.

Vale anotar que o questionário utilizado na captação dos dados não permite verificar se esta população juvenil seria filhos ou filhas dos não-naturais em idades mais altas, o que poderia sugerir o efeito direto da migração dos portadores de deficiência, ou seja, os migrantes tiveram seus filhos na localidade para onde migraram e os mesmos também apresentaram ao nascer ou adquiriram, ao longo da vida, deficiências.

Figura 3 - Estrutura Etária das Pessoas Portadoras de Deficiência, por naturalidade - Uberlândia/MG.



Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência". CEPES/IEUFU/2004.

Quanto à posição que as pessoas portadoras de deficiência pesquisadas (PPDs) ocupam no domicílio (a residência visitada), a Tabela 5 destaca que a maior parte são responsáveis pelo domicílio (34,4%), em sua maioria não nascidos em Uberlândia, mas vindos de outros municípios (25,3%) juntamente com os cônjuges (11%) e os filhos (18%), o que denota parte do efeito direto da migração das PPDs que chefiam suas residências. Chama-se atenção para o percentual de 20% dos

portadores de deficiência nascidos em Uberlândia que podem, em grande parte, ser filhos dos responsáveis pelos domicílios que aqui aportaram nos anos anteriores.

Dos 3,6 mil portadores de deficiência pesquisados, 63% são de nascidos fora de Uberlândia-MG, que em algum momento anterior vieram à cidade em busca de melhores condições de vida, seja no que se refere a tratamento médico, educação, moradia e, certamente, em busca de emprego, considerando que a maior parte dos pesquisados se responsabilizam pelo domicílio, por sua família.

Tabela 5 - Relação das Pessoas Portadores de Deficiência com a pessoa responsável pelo domicílio, segundo o local de nascimento.

Relação com a pessoa responsável	Nasceu em outro município		Nasceu em Uberlândia-MG		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Responsável pelo domicílio	904	25,29	325	9,09	1.229	34,39
Cônjuge, companheiro (a)	395	11,05	124	3,47	519	14,52
Filho(a), enteado (a)	644	18,02	719	20,12	1.363	38,14
Pai, mãe, sogro (a)	69	1,93	41	1,15	110	3,08
Neto(a), bisneto(a)	19	0,53	41	1,15	60	1,68
Irmão (ã)	117	3,27	47	1,32	164	4,59
Outro Parente	78	2,18	38	1,06	116	3,25
Agregado	3	0,08	-	-	3	0,08
Pensionista	2	0,06	-	-	2	0,06
Empregado Doméstico	1	0,03	-	-	1	0,03
Parente do empregado	2	0,06	1	0,03	3	0,08
Individual (domicílio coletivo)	3	0,08	1	0,03	4	0,11
Total	2.237	62,59	1.337	37,41	3.574	100

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência". CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

O relatório de pesquisa (Camargos Borges et al, 2005) forneceu informações adicionais sobre os portadores de deficiência, no que se refere a sua condição domiciliar, resumidas a seguir: 66,5% de PPD estava residindo em casa própria, ainda que alguns, possivelmente, ainda estejam com débitos a pagar no sistema financeiro de habitação; Parte significativa das PPDs declararam estar morando em residências alugadas (13%), enquanto que 10,4% declararam que sua residência foi cedida, o que poderia sugerir certa precariedade ou insegurança, quanto à moradia para as PPDs. Dos 3357 domicílios pesquisados, 98% são construções de alvenaria, conforme declararam as 3772 PPDs moradoras destas residências. Apenas 1,54% das PPDs declaram que residem em domicílios erguidos por outro tipo de construção que não a alvenaria (madeira, barracos com lona, etc.).

Conforme anotado naquele relatório de pesquisa, apesar de PPDs residirem em moradias próprias, a maior parte das residências não possuem qualquer tipo de adaptação que garanta melhor qualidade de vida para a pessoa com necessidades diversificadas, valendo a pena o desenvolvimento de projetos e sugestões arquitetônicas, que possam representar alternativas para as famílias que contam com PPD e não possuem renda suficiente para adaptarem suas moradias.

2 – Movimentos migratórios das pessoas portadoras de deficiência.

As PPDs são em maioria mineiros (76,8%), sendo 37,4% nascidas em Uberlândia e o restante em outros municípios, com destaque para Ituiutaba, Araguari, Tupaciguara, Uberaba, Canápolis e Patos de Minas, municípios pertencentes à mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme apresenta a Tabela 4. Goiás e São Paulo, estados fronteiriços ao Triângulo Mineiro, forneceram 11,4% e 3,4% das PPDs para Uberlândia, ainda que tenham residido em outros municípios antes de aqui fixarem residência. No estado goiano o município de Itumbiara, região que recebe significativa influência de Uberlândia, contribuiu com 2% dos migrantes acumulados (que nasceram em outros municípios), enquanto que do estado paulista o município da capital, São Paulo, contribuiu com 1,6% dos migrantes nascidos em outros municípios.

Tabela 4 - Local de nascimento das Pessoas Portadoras de Deficiência, residentes em Uberlândia-MG, por municípios com maior participação no total, segundo a relação com o responsável pelo domicílio.

Local de Nascimento	Total geral			Relação com o responsável pelo domicílio							
				Responsável pelo domicílio		Cônjuge, companheiro (a)		Filho(a), enteado (a)		Outros residentes no domicílio	
	Número	%	% L	Número	% L	Número	% L	Número	% L	Número	% L
Salvador	5	0,14	100	3	60,00	-	-	2	40,00	-	-
Brumado	3	0,08	100	1	33,33	1	33,33	1	33,33	-	-
Mortugaba	3	0,08	100	1	33,33	-	-	2	66,67	-	-
Vitória da Conquista	3	0,08	100	1	33,33	-	-	1	33,33	1	33,33
Outros municípios	41	1,16	100	18	43,90	8	19,51	8	19,51	7	17,07
Bahia	55	1,55	100	24	43,64	9	16,36	14	25,45	8	14,55
Brasília - DF	28	0,79	100	4	14,29	2	7,14	15	53,57	7	25,00
outras cidades do DF	3	0,08	100	1	33,33	-	-	2	66,67	-	-
Distrito Federal	31	0,87	100	5	16,13	2	6,45	17	54,84	7	22,58
Itumbiara	69	1,92	100	25	36,76	15	22,06	19	27,94	9	13,24
Goiânia	29	0,82	100	9	31,03	2	6,90	16	55,17	2	6,90
Goiatuba	30	0,85	100	14	46,67	4	13,33	8	26,67	4	13,33
Quirinópolis	29	0,82	100	8	27,59	5	17,24	13	44,83	3	10,34
Santa Helena	23	0,65	100	10	43,48	4	17,39	4	17,39	5	21,74
Rio Verde	18	0,51	100	6	33,33	4	22,22	7	38,89	1	5,56
Paranaiguara	13	0,37	100	5	38,46	5	38,46	2	15,38	1	7,69
Outros municípios	203	5,67	100	79	38,81	37	18,41	57	28,36	29	14,43
Goiás	414	11,59	100	156	37,71	77	18,49	127	30,66	54	13,14
Ituiubata	164	4,60	100	47	28,83	32	19,63	60	36,81	24	14,72
Araguari	79	2,20	100	23	29,49	11	14,10	29	37,18	15	19,23
Tupaciguara	55	1,55	100	20	36,36	9	16,36	18	32,73	8	14,55
Uberaba	48	1,35	100	26	54,17	10	20,83	8	16,67	4	8,33
Patos de Minas	43	1,21	100	19	44,19	3	6,98	17	39,53	4	9,30
Canápolis	44	1,24	100	20	45,45	13	29,55	7	15,91	4	9,09
Monte Alegre	42	1,18	100	19	45,24	7	16,67	12	28,57	4	9,52
Capinópolis	39	1,10	100	11	28,21	8	20,51	10	25,64	10	25,64
Prata	34	0,96	100	21	61,76	4	11,76	6	17,65	3	8,82
Monte Carmelo	30	0,85	100	15	50,00	5	16,67	5	16,67	5	16,67
Patrocínio	29	0,82	100	13	44,83	5	17,24	6	20,69	5	17,24
São Gotardo	28	0,79	100	15	53,57	4	14,29	6	21,43	3	10,71
Coromandel	27	0,76	100	15	55,56	3	11,11	7	25,93	2	7,41
Nova Ponte	28	0,79	100	14	50,00	6	21,43	4	14,29	4	14,29
Santa Vitória	28	0,79	100	12	42,86	4	14,29	10	35,71	2	7,14
Araxá	23	0,65	100	15	65,22	3	13,04	3	13,04	2	8,70
Campina Verde	21	0,59	100	6	28,57	5	23,81	5	23,81	5	23,81
Centralina	21	0,59	100	13	61,90	2	9,52	4	19,05	2	9,52
Estrela do Sul	18	0,51	100	6	33,33	2	11,11	8	44,44	2	11,11
Indianópolis	17	0,48	100	7	41,18	3	17,65	6	35,29	1	5,88
Iturama	18	0,51	100	8	44,44	5	27,78	4	22,22	1	5,56
Ipiacu	15	0,42	100	6	40,00	4	26,67	3	20,00	2	13,33
Belo Horizonte	13	0,37	100	3	23,08	4	30,77	5	38,46	1	7,69
Carmo do Paranaíba	13	0,37	100	5	38,46	4	30,77	2	15,38	2	15,38
Lagoa Formosa	13	0,37	100	4	30,77	1	7,69	7	53,85	1	7,69
Sacramento	13	0,37	100	9	69,23	3	23,08	1	7,69	-	-
Uberlândia	1.337	37,41	100	325	24,31	124	9,27	719	53,78	169	12,64
Outros municípios	498	13,93	100	223	44,74	93	18,62	112	22,47	71	14,17
Minas Gerais	2.743	76,74	100	923	33,64	378	13,78	1.086	39,59	356	13,00
Currais Novos	6	0,17	100	4	66,67	1	16,67	1	16,67	-	-
Caicó	4	0,11	100	1	25,00	2	50,00	-	-	1	25,00
Acarí	4	0,11	100	1	25,00	1	25,00	2	50,00	-	-
Cruzeta	4	0,11	100	2	50,00	1	25,00	-	-	1	25,00
Florânia	4	0,11	100	-	-	1	25,00	2	50,00	1	25,00
Outros municípios	32	0,90	100	13	40,63	6	18,75	10	31,25	3	9,38
Rio Grande do Norte	54	1,52	100	21	38,89	12	22,22	15	27,78	6	11,11
São Paulo	55	1,55	100	13	23,64	5	9,09	32	58,18	5	9,09
Igarapava	6	0,17	100	1	16,67	3	50,00	2	33,33	-	-
Guarulhos	4	0,11	100	-	-	-	-	4	100,00	-	-
Barretos	3	0,08	100	1	33,33	1	33,33	1	33,33	-	-
Ituverava	3	0,08	100	2	66,67	-	-	1	33,33	-	-
Ribeirão Preto	3	0,08	100	2	66,67	1	33,33	-	-	-	-
São José do Rio Preto	3	0,08	100	2	66,67	-	-	1	33,33	-	-
Outros municípios	43	1,21	100	17	39,53	9	20,93	12	27,91	5	11,63
São Paulo	121	3,38	100	38	31,67	19	15,83	53	44,17	10	8,33
Outros municípios brasileiros	145	4,06	100	56	38,89	21	14,58	48	33,33	19	13,19
Total	3.574	99,72	100	1.229	34,39	519	14,52	1.363	38,14	463	12,95

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência". CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Se considerados os imigrantes acumulados estaduais (nascidos em outros estados), observa-se que Goiás, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Norte, Distrito Federal foram as Unidades da Federação com maior número de PPDs que lá nasceram e migraram para Uberlândia. Do total de PPDs, 39,5% são de mineiros nascidos em outros municípios, percentual superior aos 37,4% dos nascidos em Uberlândia-MG. Tal fato denota a influência sócio-econômica de Uberlândia como absorvedora líquida de população de outras regiões, mesmo no caso de população portadora de deficiência (Bertolucci, 2003).

Se considerada a etapa migratória das PPDs, ou seja, se os imigrantes são acumulados², vindos diretamente dos estados em que nasceram ou imigrantes de última etapa³, que fizeram etapa migratória em outro município de estado diferente do que nasceram, observa-se na Tabela 5 que Uberlândia exerce atração migratória diretamente nos estados de origem dos migrantes, ou seja, do total de 2237 imigrantes, 1819 pessoas vieram diretamente das Unidades da Federação em que nasceram, sendo que 418 pessoas (19% do total) fizeram uma etapa migratória em outros Estados, antes de chegarem a Uberlândia.

Portanto, na Tabela 5 a diagonal destacada apresenta os imigrantes acumulados que vieram diretamente para Uberlândia, enquanto as demais células da tabela mostram aqueles que fizeram pelo menos uma etapa migratória em outro estado, que não o de nascimento, antes de chegarem ao município de Uberlândia. Exemplificam-se os resultados da diagonal se considerados que dos 156 imigrantes vindos do Estado de São Paulo, 96 vieram diretamente deste estado para o município de Uberlândia, enquanto que 36 pessoas passaram por outros municípios mineiros antes de migrarem para Uberlândia.

Se considerada a origem das PPDs imigrantes, que sobreviveram até a data da pesquisa, por município em que moravam antes, constata-se na Tabela 6 que Araguari-MG (4,3%), São Paulo-SP (3,4%), Itumbiara-GO (3%), Uberaba-MG (2,5%), Goiânia-GO (2,4%) e Brasília-DF (2,2%) foram os municípios que mais forneceram migrantes a Uberlândia, em sua maioria aqui chegando antes de 1984, portanto há mais de 20 anos, o que pode ser justificado pela expansão econômica que o município viveu até os anos oitenta, enquanto que, posteriormente, por conta da forte estagnação econômica ocorrida no Brasil como um todo, a cidade sofrendo os rebatimentos da mesma, tornou-se uma região menos atrativa em termos migratórios.

Mesmo recebendo migrantes vindos de localidades distantes, observa-se pela distribuição apresentada na Tabela 6 que o entorno mais próximo, os Estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo, são os maiores fornecedores de pessoas para o município em análise, mesmo quando se trata de PPDs. Uberlândia tem, portanto, uma influência regional, enquanto que para os imigrantes de cidades longínquas poder-se-ia inferir que, sustentando suas motivações para a fixação de residência em Uberlândia, devem existir redes familiares que garantam o processo migratório.

² Imigrantes acumulados são os nascidos em outros municípios e que, em algum momento, migraram para Uberlândia, e que sobreviveram até o momento da pesquisa.

³ Imigrantes de última etapa são os migrantes que chegaram a Uberlândia, em algum momento, e que fizeram alguma etapa migratória em outro município, independentemente do local de nascimento.

Tabela 5 - Imigrantes portadores de deficiência, segundo o local de nascimento e o local de residência anterior (Unidade da Federação), residentes em Uberlândia-MG.

Local de Nascimento (Unidade da Federação)	Total geral		Local de residência anterior (Unidade da Federação)																														
	Número	%	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO				
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
AL	4	0,18	3	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
AM	1	0,05	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
AP	1	0,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
BA	55	2,44	-	-	-	35	-	1	-	3	-	11	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-			
CE	11	0,50	-	1	-	1	4	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-			
DF	31	1,40	-	-	-	-	-	20	-	4	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-		
ES	4	0,18	-	-	-	-	-	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
GO	414	18,49	-	-	-	-	-	5	-	339	-	56	-	3	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	7	-	1	-	-	
MA	12	0,54	-	-	-	-	-	2	-	1	4	2	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
MG	1.417	63,34	-	-	-	1	-	13	-	121	-	1.224	-	6	2	-	-	-	-	5	4	2	-	-	-	-	-	36	-	2	-	-	
MS	4	0,18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
MT	15	0,68	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PA	7	0,32	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PB	16	0,72	-	-	-	-	-	1	-	6	-	3	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PE	15	0,68	-	-	-	-	-	2	-	3	-	1	-	-	-	-	6	-	5	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PI	12	0,54	-	-	-	-	-	2	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PR	15	0,68	-	-	-	-	-	-	-	2	-	5	-	1	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RJ	8	0,36	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RN	56	2,49	-	-	-	-	-	-	-	11	1	13	-	-	-	1	-	-	-	-	-	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RO	3	0,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RR	1	0,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS	4	0,18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SC	3	0,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
SE	1	0,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
SP	121	5,42	-	-	-	-	-	2	-	5	-	16	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	96	-	-	-	-	-
TO	5	0,23	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.237	99,73	1	4	1	-	38	4	52	3	498	6	1.347	1	25	12	7	6	5	11	12	28	5	1	2	2	1	156	-	8	-	-	-
			Total da Diagonal (Imigrantes que vieram da Unidade da Federação em que nasceram)																										1.819				
			Total de Imigrantes que não vieram diretamente da Unidade da Federação em que nasceram																										418				

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência". CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004

Observação: Os totais para o Estado de Minas Gerais não incluem os nascidos em Uberlândia-MG.

Tabela 6 - Pessoas Portadoras de Deficiência segundo o município de residência anterior e o ano de chegada a Uberlândia - MG (PPDs imigrantes).

Local de residência anterior (municípios com maior participação)	Total geral		Ano de chegada a Uberlândia (por períodos quinquenais)					
	Número	%	Antes de 1980	Entre 1980 e 1984	Entre 1985 e 1989	Entre 1990 e 1994	Entre 1995 e 1999	Entre 2000 e 2004
Araguari - MG	88	4,3	45	14	8	7	4	10
São Paulo - SP	69	3,4	19	10	14	10	12	4
Itumbiara - GO	61	3,0	24	9	9	5	10	4
Uberaba - MG	51	2,5	24	5	4	6	6	6
Goiânia - GO	49	2,4	17	13	6	4	6	3
Brasília - DF	45	2,2	7	9	6	9	7	7
Capinópolis - MG	39	1,9	20	8	3	4	2	2
Patos de Minas - MG	39	1,9	11	7	5	7	6	3
Quirinópolis - GO	38	1,9	14	7	4	4	4	5
Patrocínio - MG	37	1,8	14	2	5	4	7	5
Monte Alegre - MG	30	1,5	10	1	5	10	1	3
Santa Vitória - MG	30	1,5	10	9	-	3	6	2
Goiatuba - GO	29	1,4	14	5	5	3	1	1
Prata - MG	27	1,3	19	3	1	2	1	1
Monte Carmelo - MG	25	1,2	7	7	3	1	4	3
Araxá - MG	25	1,2	13	4	1	3	2	2
Coromandel - MG	24	1,2	10	5	2	5	2	-
Unai - MG	24	1,2	4	3	4	9	2	2
Nova Ponte - MG	23	1,1	14	5	-	4	-	-
Outros municípios dos Estados:								
Acre			-	-	-	1	-	-
Alagoas	4	0,2	2	-	1	-	1	-
Amazonas	1	0,0	-	-	-	-	-	1
Bahia	40	2,0	4	2	2	10	13	9
Ceará	4	0,2	1	-	-	-	1	2
Distrito Federal	6	0,3	1	1	-	-	1	3
Espírito Santo	3	0,1	1	1	-	-	-	1
Goiás	317	15,5	127	70	27	51	25	17
Maranhão	6	0,3	-	-	-	2	3	1
Minas Gerais	701	34,2	285	102	72	103	79	60
Mato Grosso do Sul	1	0,0	-	-	1	-	-	-
Mato Grosso	25	1,2	5	4	4	7	3	2
Pará	12	0,6	-	1	-	5	1	5
Paraíba	8	0,4	3	-	1	2	2	-
Pernambuco	6	0,3	2	-	1	2	1	-
Piauí	6	0,3	-	1	1	1	-	3
Paraná	11	0,5	2	3	2	1	2	1
Rio de Janeiro	12	0,6	-	4	1	2	2	3
Rio Grande do Norte	28	1,4	9	3	8	3	3	2
Rondônia	5	0,2	-	1	1	2	1	-
Roraima	1	0,0	-	-	-	1	-	-
Rio Grande do Sul	2	0,1	1	-	-	1	-	-
Santa Catarina	2	0,1	-	1	-	-	-	1
Sergipe	1	0,0	1	-	-	-	-	-
São Paulo	85	4,2	21	13	14	10	16	11
Tocantins	8	0,4	1	-	2	1	2	2
Total	2.048	100,0	762	333	223	305	239	187

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência". CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

3 – Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência.

Dentre os quesitos abordados na pesquisa, alguns permitem perceber as principais dificuldades de acesso que a pessoa portadora de deficiência enfrenta no meio urbano. Quesitos como: “que tipo de transporte utiliza?”; “para qual finalidade utiliza o transporte?”; “principais atividades de lazer” e “principais dificuldades de acesso na cidade”, geraram informações que possibilitam o levantamento de algumas demandas em torno da acessibilidade ainda não contempladas.

A Tabela 7 mostra, de forma sintetizada, os dados referentes a esses quesitos no que diz respeito aos portadores de deficiência migrantes e não migrantes (acumulados). Ressalta-se que, em todos esses quesitos, o entrevistado poderia responder escolhendo mais de uma alternativa, o que gerou um número de respostas superior ao número de pessoas portadoras de deficiência. A partir da análise dos dados, decidiu-se fazer uma redistribuição da participação relativa das respostas no número total de entrevistados, o que facilita o estudo e a compreensão das informações.

Quando perguntados sobre o tipo de transporte utilizado, cerca de 76% dos portadores de deficiência afirmaram que, para realizarem atividades fora de casa, utilizam principalmente o ônibus comum. Em segundo lugar, mas com uma participação significativamente menor, está veículo próprio (8,86%), seguido de transporte particular (4,76%), ônibus adaptado (2,47%), Van porta-a-porta (2,11%) e Van Passe Livre (1,3%). As demais alternativas tiveram participações relativas menores que 1%. Um total de 94 pessoas (2,62%) afirmou não utilizar transporte.

Se comparados os resultados entre a PPD migrante e a PPD não migrante, percebe-se que não há mudança no padrão dos tipos de transportes utilizados pela PPD total pesquisada. Todavia, é possível observar que há diferenças na intensidade com que o migrante e o não migrante utilizam cada tipo de transporte. Tanto a PPD migrante quanto não migrante utilizam, principalmente, o ônibus comum – 77,05% e 74,11%, respectivamente. Em segundo lugar, usam o veículo próprio, embora a utilização desse tipo de transporte seja superior entre os não migrantes (10,08%) do que entre os migrantes (8,14%). Também o uso do transporte particular é maior entre a PPD não migrante (5,18%) do que entre a migrante (4,52%). Já o uso do ônibus adaptado foi mais citado entre a PPD migrante (2,81%) do que entre a PPD não migrante (1,91%). Enquanto os não migrantes utilizam mais a Van porta-a-porta (2,59%) do que os migrantes (1,83%), o uso da Van Passe Livre é maior entre os migrantes (1,46%) do que entre os não migrantes (1,02%). Interessante observar que os demais tipos de transporte apresentaram participações relativas menores que 1%, exceto o uso de Van particular entre a PPD não migrante (1,09%).

No que se refere ao quesito “para qual finalidade utiliza o transporte?”, os dados mostraram que a maioria dos portadores de deficiência (76,87%) afirmou que utiliza transporte para todas as atividades fora de casa. Cerca de 12% citaram o item “tratamento”, que se refere a tratamento médico ou fisioterapêutico, como principal finalidade do uso de transporte. As demais alternativas aparecem com participações menores: estudo (4,03%), lazer (3,66%) e trabalho (3,63%).

Tanto a PPD migrante quanto a PPD não migrante, utilizam o transporte para todas as atividades fora de casa – 78,58% e 74%, respectivamente. Na PPD não migrante, as finalidades tratamento (12,09%), estudo (6,44%) e lazer (4,06%) têm participações maiores que as apresentadas pela PPD migrante – 11,62%, 2,59% e 3,42%, respectivamente, que, por sua vez, registrou participação um pouco maior no uso do transporte para trabalho (3,77%) do que a PPD não migrante (3,40%).

Tabela 7 - Portadores de Deficiência, migrantes e não migrantes, segundo o tipo de transporte utilizado, finalidade para a qual utilizam o transporte, principais atividades de lazer e principais dificuldades de acesso na cidade – Uberlândia/MG.

<i>Itens</i>	Migrantes	Participação relativa (%)	Não Migrantes	Participação relativa (%)	Total	Participação relativa (%)
<i>Tipo de transporte utilizado</i>						
Ônibus comum	1.724	77,05	991	74,11	2.715	75,95
Veículo Próprio	182	8,14	135	10,08	317	8,86
Particular	101	4,52	69	5,18	170	4,76
Ônibus adaptado	63	2,81	26	1,91	88	2,47
Van porta-a-porta	41	1,83	35	2,59	76	2,11
Van Passe Livre	33	1,46	14	1,02	46	1,30
Moto Táxi	17	0,77	9	0,68	26	0,74
Táxi	16	0,73	5	0,34	21	0,59
Van particular	6	0,28	15	1,09	21	0,59
Não utiliza	54	2,40	40	3,00	94	2,62
Total	2.237	100,00	1.337	100,00	3.574	100,00
<i>Finalidade para a qual utilizam o transporte</i>						
Para todas as atividades fora de casa	1.758	78,58	989	74,00	2.747	76,87
Tratamento	260	11,62	162	12,09	422	11,80
Estudo	58	2,59	86	6,44	144	4,03
Lazer	77	3,42	54	4,06	131	3,66
Trabalho	84	3,77	46	3,40	130	3,63
Total	2.237	100,00	1.337	100,00	3.574	100,00
<i>Principais atividades de lazer</i>						
Participa de encontros na Associação	484	21,61	226	16,94	706	19,75
Clube	219	9,79	199	14,89	422	11,82
Cinema	162	7,23	172	12,90	339	9,49
Parque	129	5,75	110	8,26	241	6,75
Outro	1.244	55,61	629	47,02	1.865	52,19
Total geral	2.237	100,00	1.337	100,00	3.574	100,00
<i>Principais dificuldades de acesso na cidade</i>						
Falta de transporte adaptado	395	17,68	234	17,48	629	17,61
Falta de rampas nos prédios	312	13,95	186	13,92	498	13,94
Dificuldade de comunicação	256	11,43	224	16,77	476	13,31
Falta de elevadores nos prédios	282	12,59	146	10,88	429	11,99
Falta de rampas nas esquinas	262	11,72	143	10,70	406	11,36
Falta de banheiros adaptados	151	6,73	79	5,89	230	6,43
Falta de sinal sonoro	136	6,10	86	6,42	222	6,21
Outros	443	19,81	240	17,93	684	19,15
Total	2.237	100,00	1.337	100,00	3.574	100,00

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Quanto às principais atividades de lazer, os entrevistados marcaram as alternativas: participa de encontros na Associação (19,75%), clube (11,82%), cinema (9,49%), parque (6,75%) e outro (52,19%).

A participação relativa das respostas assinaladas pela PPD migrante e pela PPD não migrante, no que se refere às principais atividades de lazer, apresenta diferenças interessantes. Para a PPD migrante, as principais atividades de lazer são: participação em encontros na Associação (21,61%), clube (9,79%), cinema (7,23%), parque (5,75%) e outros (55,61%). Para a PPD não migrante, a participação relativa em encontros na Associação é menor (16,94%), embora nas demais

seja maior: clube (14,89%), cinema (12,90%) e parque (8,26%). Cerca de 47% da população não migrante citou outras atividades de lazer.

No quesito que se refere às principais dificuldades de acesso na cidade, destacou-se, entre as alternativas propostas, o item “falta de transporte adaptado” (17,61%). Em seguida, foram registradas as alternativas: falta de rampas nos prédios (13,94%), dificuldade de comunicação (13,31%), falta de elevadores nos prédios (11,99%), falta de rampas nas esquinas (11,36%), falta de banheiros adaptados (6,43%) e falta de sinal sonoro (6,21%).

Como a maior parte dos pesquisados residem em bairros mais distantes, o sistema de transporte coletivo e adaptado às PPD deve ser avaliado, buscando-se servir com maior eficiência a esta população com necessidades diversificadas, com ênfase nas pessoas portadoras de deficiência física.

Tanto a PPD migrante quanto a PPD não migrante apresentaram o mesmo padrão de respostas quanto às dificuldades de acesso na cidade entre as alternativas propostas, registrando pequena diferença em uma ou outra alternativa. Para a PPD migrante, as principais dificuldades apontadas foram: falta de transporte adaptado (17,68%), falta de rampas nos prédios (13,95%), dificuldade de comunicação (11,13%), falta de elevadores nos prédios (12,59%), falta de rampas nas esquinas (11,72%), falta de banheiros adaptados (6,73%) e falta de sinal sonoro (6,10%). As participações relativas registradas pela PPD não migrante foram: falta de transporte adaptado (17,48%), falta de rampas nos prédios (13,92%), dificuldade de comunicação (16,77%), falta de elevadores nos prédios (10,88%), falta de rampas nas esquinas (10,70%), falta de banheiros adaptados (5,89%) e falta de sinal sonoro (6,42%).

Pelo exposto, pode-se afirmar que, consideradas pequenas diferenças de participações nas respostas assinaladas, a PPD migrante e não migrante apresentaram características semelhantes no que se refere aos quesitos analisados. Para realizarem atividades fora de casa, por exemplo, tanto migrantes quanto não migrantes afirmaram utilizar, principalmente, o ônibus comum. Poucos citaram o uso de ônibus adaptado e dos serviços van porta-a-porta e van passe livre.

Por isso, uma das principais dificuldades de acesso na cidade citada foi a falta de transporte adaptado. Em seguida, outras alternativas foram assinaladas: falta de rampas e de elevadores nos prédios, dificuldade de comunicação, falta de rampas nas esquinas, falta de banheiros adaptados, entre outras. Isto aponta para a necessidade de projetos que visem melhorar a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência, tanto migrantes quanto não migrantes, à vida na cidade, o que, em última instância, contribui para sua inserção como cidadãos.

4 - Situação de pobreza da população portadora de deficiência.

A pobreza é um fenômeno cuja definição é reconhecidamente complexa, pois envolve carências diversas. Nesse sentido, a identificação da parcela da população em situação de pobreza tem gerado muitas discussões, sendo que não há consenso na literatura sobre a melhor forma de abordagem da pobreza.

Entretanto, a maior parte dos estudos aponta a renda como uma das variáveis mais importantes para separação entre os pobres e não pobres, pois numa economia capitalista com sistema de proteção social incompleto como o brasileiro, grande parte dos itens necessários ao bem-estar são adquiridos no mercado mediante o pagamento em moeda. Deve-se registrar, todavia, que a definição de pobreza utilizando a renda monetária é apenas um dos olhares possíveis sobre a pobreza.

Assim, para definir a subpopulação pobre segundo o enfoque da renda, utilizam-se duas operações. A primeira delas é a definição de um parâmetro comumente denominado *linha de pobreza*, e, o segundo, a separação entre os pobres e não pobres e sua agregação em indicadores (percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza, distância entre os pobres e a linha de pobreza etc.).

A definição da linha de pobreza é outro tema sobre o qual não há consenso na literatura sobre o assunto. De uma forma geral calcula-se um valor que permita que o indivíduo possa satisfazer minimamente suas necessidades básicas tais como alimentação (considerando-se a definição da Organização Mundial de Saúde, de ingestão de 2.400 calorias), transporte, educação, saúde e moradia. Esse valor é obtido a partir de pesquisas de preços regionais para definição da cesta de alimentos e da utilização de um componente – coeficiente de Engel⁴ – para as despesas não alimentares. Outra forma de calcular a linha de pobreza consiste em utilizar múltiplos do salário mínimo para separação dos pobres e não pobres.

Após a definição da linha de pobreza procede-se a comparação entre esse valor e a renda familiar *per capita*⁵. A escolha de um ou outro método depende da disponibilidade de dados sobre preços, despesas não alimentares e renda familiar.

No caso de Uberlândia, o CEPES dispõe de uma base de dados sobre os preços locais que permite o cálculo da cesta de alimentos, e o *coeficiente de Engel* também poderia ser obtido na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) realizada para Goiânia⁶. Entretanto, a informação sobre renda na pesquisa com os portadores de deficiência tem o salário mínimo como referência, o que impossibilita a utilização do primeiro método.

Dessa forma, para calcular o percentual de pobres enquanto insuficiência de renda entre as pessoas portadoras de deficiência pesquisadas, optou-se pela utilização de meio salário mínimo (R\$130,00) como *proxy* para a linha de pobreza. Deve-se registrar que este valor é muito próximo ao que seria obtido com a utilização do primeiro procedimento.

A tabela 8 mostra o percentual de PPDs considerados pobres a partir da metodologia adotada. Os dados mostram que 25% são consideradas pobres, significando que mais de 800 pessoas não auferem renda suficiente para a satisfação das suas necessidades básicas. A maioria dos PPDs pobres possui deficiência física ou mental, da mesma forma que os PPDs em conjunto.

Tabela 8 - Percentual de pessoas pobres com deficiência – Uberlândia/MG.

Situação	%
Não pobre	75,00
Pobre	25,00
Total	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Conforme a metodologia utilizada nesse estudo, a pobreza está relacionada com a possibilidade de auferir rendimentos monetários, seja no mercado de trabalho ou por meio de transferências governamentais⁷. Embora o cálculo da proporção de pobreza realizado leve em consideração a renda familiar, observa-se que a renda auferida (ou não) pelos PPDs tem significativa influência na situação econômica familiar. Nesse sentido, observa-se que, entre os PPDs pobres, estão em maior proporção aqueles que não trabalham e/ou que não recebem qualquer tipo de transferência governamental, isto é, aqueles que não são contribuintes na renda familiar (é o caso de 45,6% dos PPDs pobres). No caso dos PPDs não pobres, percentual menor, 28,2%, PPDs não contribuem para a renda familiar. Para 39,7% dos PPDs pobres as transferências não são suficientes para retirar a família da situação de pobreza. Trata-se, nesse caso, do repasse de valores

⁴ Calculado com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE.

⁵ Somatório da renda de todos os membros da família dividido pelo número de membros.

⁶ Procedimento semelhante foi utilizado na pesquisa “Condições sócio-econômicas das famílias em Uberlândia”, realizada pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia e Prefeitura Municipal de Uberlândia em 2001.

⁷ Considerou-se as várias modalidades de transferências, tais como a aposentadoria, o Benefício de Prestação Continuada ou programas de renda mínima (Bolsa-Escola, Renda Cidadã – programa municipal).

relativamente baixos (como as dos programas de renda mínima) ou de famílias numerosas. A inserção no mercado de trabalho para os dois grupos também é diferenciada, observa-se que a participação dos não pobres é significativamente superior: 24% dos PPDs não pobres auferem rendimento procedente do trabalho realizado (Tabela 9).

Tabela 9 – Desagregação da renda percebida por fonte, PPDs pobres e não pobres - Uberlândia/MG.

	Pobre	Não Pobre
Renda do trabalho	12,3	24,0
Renda do trabalho e Renda de transferências	2,5	4,4
Renda de transferências	39,7	43,5
Nenhuma renda	45,6	28,2

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

É importante averiguar as razões para o não recebimento de transferências governamentais por parte de expressiva parcela de PPDs pobres, já que a legislação prevê auxílio financeiro para os PPDs em determinadas circunstâncias⁸. A desproteção da legislação, nesse caso, pode indicar que: i) a deficiência não foi considerada incapacitante; ii) que a renda familiar é superior ao limite determinado de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. A primeira hipótese pode não ser confirmada se for tomada como *proxy* da incapacitação a necessidade de ajuda para sair de casa, os dados da pesquisa mostram que 30% dos pobres PPDs que não recebem qualquer benefício precisam de auxílio para deixar suas residências. A segunda hipótese teria mais sentido, uma vez que optou-se, nesse estudo, pela linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ do salário mínimo.

A maior parte dos pobres PPDs, 60,5%, não nasceu no município de Uberlândia (Tabela 10), entre os quais pouco mais da metade (59,1%) informou ter nascido em outro município no estado de Minas, 18,4% no estado de Goiás e 6,3% em São Paulo.

Tabela 10 - Distribuição das pessoas pobres com deficiência, por condição de migração[DCG1] - Uberlândia/MG.

Situação	%
Migrante	60,5
Não migrante	39,5
Total	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

O maior percentual de pobre migrante reflete a composição da população de PPDs pesquisada, na qual o peso dos migrantes é maior. Separando os dois grupos, migrantes e não migrantes, observa-se que a incidência de pobreza é maior no grupo de não migrantes (Tabela 11). Isto é, a pobreza é maior entre os PPDs nascidos no município de Uberlândia. Ressalta-se, no entanto, que a correlação entre as variáveis pobreza e migração é negativa e fraca ($r=-0,39$).

⁸ Trata-se do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Para receber o benefício os PPDs devem possuir deficiência incapacitante e renda *per capita* familiar inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente.

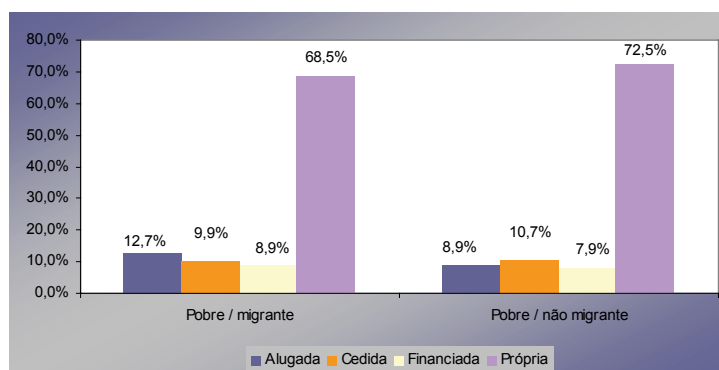
**Tabela 11 - Percentual de pessoas pobres com deficiência
Uberlândia/MG.**

Situação	%
Migrante	23,7
Não migrante	27,3
Total	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Embora a incidência de pobreza seja maior entre os pobres não migrantes, as condições de habitação segundo a propriedade do imóvel são mais adequadas para este grupo: 72,5% residem em casas próprias. No caso dos migrantes, 68,5% reside em habitações próprias (Figura 4). Neste sentido, entre os pobres migrantes, 31,5% (contra 27,5% dos não migrantes) possuem uma situação de incerteza em relação às condições de moradia, sendo que 21,6% têm que despendar parcela de sua renda mensal, já baixa, para o pagamento de aluguel e financiamento habitacional.

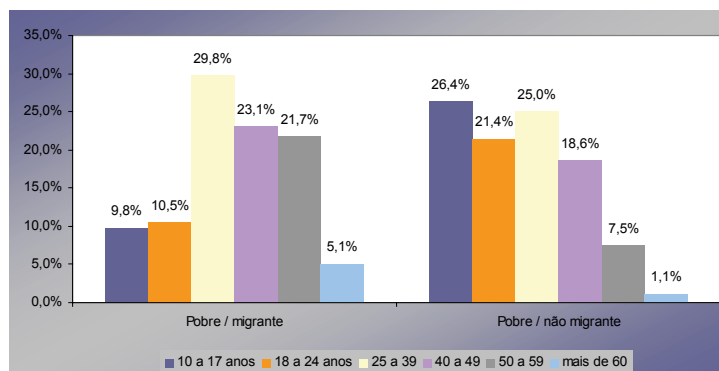
**Figura 4 - Condições de habitação dos pobres com deficiência (%)
Uberlândia/MG.**



Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

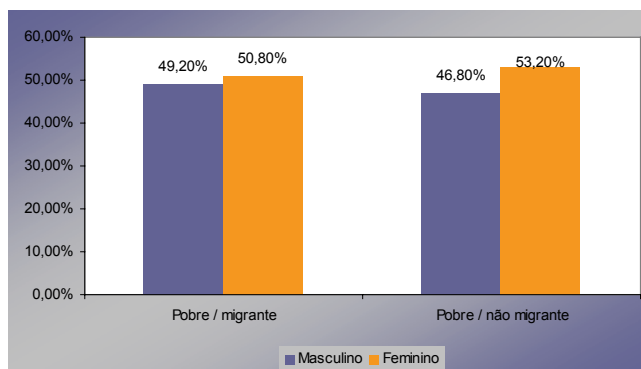
O perfil dos pobres com deficiência mostra diferenças importantes considerando o local de nascimento. Os pobres migrantes são mais adultos (38,5 anos em média, considerando a faixa de etária 80% têm mais de 25 anos), predomina certo equilíbrio entre a proporção de homens (49,2%) e mulheres (50,8%) e há maior percentual de pardos ou negros (57,6%). Os pobres não migrantes têm idade média de 29 anos, 53,2% são mulheres, 52% são pardos ou negros (Figuras 5, 6 e 7).

**Figura 5 – Distribuição dos pobres PPDs migrantes e não migrantes por faixa etária -
Uberlândia/MG.**



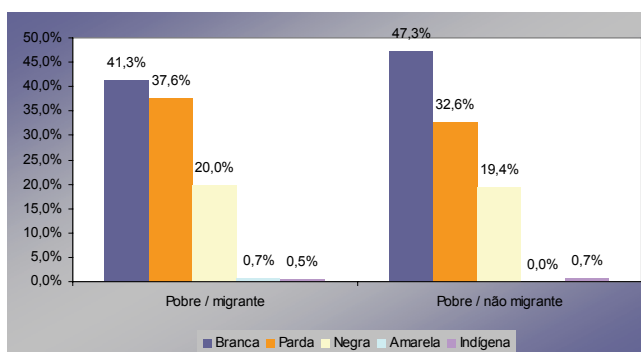
Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Figura 6 - Distribuição dos pobres PPDs migrantes e não migrantes por sexo - Uberlândia/MG.



Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Figura 7 – Distribuição dos pobres PPDs migrantes e não migrantes por cor/raça declarada - Uberlândia/MG.



Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

No que diz respeito à escolaridade, conforme apresentado na Tabela 12, os migrantes pobres estão em pior situação do que aqueles nascidos no município de Uberlândia: 85% não chegaram a concluir o ensino fundamental (contra 78,5% dos pobres não migrantes). Além de apresentarem piores indicadores de escolaridade, apenas 15,9% dos pobres migrantes informou freqüentar a escola, percentual inferior ao mencionado pelos pobres não migrantes (32,6% informaram estudar). Provavelmente as diferenças de escolaridade e de freqüência à escola estão relacionadas ao perfil dos dois grupos, especialmente ao diferencial de idade já que os pobres migrantes são, em média, 9,5 anos mais velhos do que os pobres não migrantes. Nesse sentido, devido à maior dificuldade de acesso ao sistema educacional no passado e ao fato de, muitas vezes, se considerarem “velhos”⁹ para freqüentarem atualmente a escola, o grupo de pobres migrantes apresentam piores indicadores de escolaridade em relação ao dos pobres não migrantes.

De um modo geral, os dados sobre educação mostram a dificuldade de acesso das pessoas com deficiência e em situação de pobreza ao sistema educacional regular.

⁹ Por maior dificuldade no aprendizado, pelo sistema educacional não oferecer atendimento diferenciado aos adultos com escolaridade baixa e pela inadequação dos equipamentos educacionais para abrigar grupos com necessidades diferenciadas.

Tabela 12 - Percentual de pobres com deficiência, migrante e não migrante, segundo escolaridade - Uberlândia/MG.

	Pobre / migrante	Pobre / não migrante
Não lê	23,8%	26,9%
Lê e escreve	2,8%	3,2%
Fundamental incompleto	58,2%	48,4%
Fundamental completo	3,7%	4,3%
Médio incompleto	4,4%	7,9%
Médio completo	5,6%	7,2%
Superior incompleto	0,7%	0,7%
Superior completo	-	-
pós	-	-
Outro	0,7%	1,4%

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Mas não é somente no sistema regular de ensino que essa dificuldade transparece. As informações sobre os cursos de qualificação de curta duração mostram que a maioria dos PPDs pobres informaram nunca terem freqüentado qualquer curso com essa natureza, no caso dos pobres migrantes apenas 14,7% indicaram ter freqüentado (ou freqüentar) algum curso de qualificação, entre os pobres não migrantes o mesmo percentual é de 17,9% (Tabela 13). Muitos informaram ter freqüentado mais de um curso de qualificação, algumas vezes cursos muito diferentes um do outro (como computação e pintura automotiva; informática e vigilante; informática e massagem). Os cursos listados são muito variados, mas o de computação/informática é o que aparece com maior freqüência (em quase 60% das referências).

Tabela 13 – Participação em cursos de qualificação, pobres migrantes e não migrantes Uberlândia/MG.

	Sim	Não
Pobre / migrante	14,7	85,3
Pobre / não migrante	17,9	82,1

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

5 – Considerações finais

O artigo, com base nos dados apresentados, confirma a condição de população vulnerável das pessoas portadoras de deficiência, como um todo, reforçando alguns aspectos desfavoráveis à população migrante, ou seja, aquelas pessoas que deixaram sua terra natal em direção a Uberlândia-MG, em busca de inserção social, acessibilidade, saúde, renda, entre outras necessidades.

A significativa proporção de pessoas portadoras de deficiência física sobressaiu-se nos grupos de migrantes e naturais, independentemente do sexo, sendo que a maioria das pessoas adquiriu a deficiência após o nascimento e, antes ou no ano em que migrou para o município em análise, podendo-se inferir que estar deficiente pode ter representando motivo relevante para o deslocamento intermunicipal na direção de uma cidade com infra-estrutura melhor no atendimento do portador de deficiência.

A estrutura etária da população migrante apresentou-se mais envelhecida em relação à população de pessoas portadoras de deficiência naturais do município, sugerindo que o maior fluxo de migrantes ocorreu em décadas anteriores e que, muitos dos PPD naturais são parentes, e até mesmo filhos dos chefes de domicílios PPD entrevistados.

A maior proporção de migrantes em idades mais avançadas corrobora o fato de expressiva maioria dos mesmos serem responsáveis pelo domicílio, pela família, o que denota a vulnerabilidade familiar caso este chefe não tenha emprego ou renda proveniente de outras fontes suficientes para suas necessidades básicas.

As informações específicas sobre migração mostraram que Uberlândia-MG manteve seu padrão de pólo sócio-econômico que atrai e fixa população de toda a região oeste do Estado de Minas Gerais, bem como de municípios mineiros mais distantes, pertencentes inclusive à Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Além dos migrantes provenientes de municípios localizados no entorno mais próximo de Uberlândia, os Estados de Goiás e São Paulo destacaram-se como os maiores fornecedores de pessoas para o município em análise, mesmo quando se trata de PPD. Uberlândia tem, portanto, uma influência regional, enquanto que para os imigrantes de cidades longínquas poder-se-ia inferir que, sustentando suas motivações para a fixação de residência em Uberlândia, devem existir redes familiares que garantam o processo migratório.

Vale destacar que expressivo número de PPD vieram diretamente dos municípios em que nasceram, alguns em Estados brasileiros mais longínquos.

Quanto a acessibilidade das PPD, a participação relativa das respostas assinaladas pela PPD migrante e pela PPD não migrante, no que se refere às principais atividades de lazer, apresenta diferenças interessantes. Para a PPD migrante, as principais atividades de lazer são: participação em encontros na Associação e clube. Para a PPD não migrante, a participação relativa em encontros na Associação é menor, embora nas demais seja mais expressiva: clube, cinema e parque.

No quesito que se refere às principais dificuldades de acesso na cidade, destacou-se, entre as alternativas propostas, o item “falta de transporte adaptado” como a maior dificuldade para que as PPD se desloquem pelo meio urbano. Em seguida, foram registradas as alternativas: falta de rampas nos prédios, dificuldade de comunicação, falta de elevadores nos prédios, falta de rampas nas esquinas, falta de banheiros adaptados e falta de sinal sonoro.

Como a maior parte dos pesquisados residem em bairros mais distantes, o sistema de transporte coletivo e adaptado às PPD deve ser avaliado, buscando-se servir com maior eficiência a esta população com necessidades diversificadas, com ênfase nas pessoas portadoras de deficiência física.

Tanto a PPD migrante quanto a PPD não migrante apresentaram o mesmo padrão de respostas quanto às dificuldades de acesso na cidade entre as alternativas propostas, registrando pequena diferença em uma ou outra alternativa. Para a PPD migrante, as principais dificuldades apontadas foram: falta de transporte adaptado e falta de rampas nos prédios, requisições atinentes preferencialmente aos portadores de deficiência física.

Para realizarem atividades fora de casa, por exemplo, tanto migrantes quanto não migrantes afirmaram utilizar, principalmente, o ônibus comum. Poucos citaram o uso de ônibus adaptado e dos serviços van porta-a-porta e van passe livre. Por isso, uma das principais dificuldades de acesso na cidade foi a falta de transporte adaptado. Em seguida, outras alternativas foram assinaladas: falta de rampas e de elevadores nos prédios, dificuldade de comunicação, falta de rampas nas esquinas, falta de banheiros adaptados, entre outras. Isto aponta para a necessidade de projetos que visem melhorar a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência, tanto migrantes quanto não migrantes, à vida na cidade, o que, em última instância, contribui para sua inserção como cidadãos.

Quanto à situação de pobreza ou não dos PPD, sejam migrantes ou naturais, os dados mostraram que um quarto dos entrevistados são consideradas pobres, significando que mais de 800 pessoas não auferem renda suficiente para a satisfação das suas necessidades básicas. A maioria dos PPDs pobres possui deficiência física ou mental, da mesma forma que os PPDs em conjunto.

Nesse sentido, observa-se que, entre os PPDs pobres, estão em maior proporção aqueles que não trabalham e/ou que não recebem qualquer tipo de transferência governamental, isto é, aqueles que não são contribuintes na renda familiar. Para grande parte dos PPDs pobres as transferências não são suficientes para retirar a família da situação de pobreza. Trata-se, nesse caso, do repasse de valores relativamente baixos (como as dos programas de renda mínima) ou de famílias numerosas. A inserção no mercado de trabalho para os dois grupos também é diferenciada, observando-se que a participação dos não pobres é significativamente superior.

A maior parte dos pobres PPDs não nasceu no município de Uberlândia, entre os quais pouco mais da metade informou ter nascido em outro município no estado de Minas, sendo que os estados de Goiás e São Paulo também apresentaram percentual significativo de seus naturais pobres residentes no município em análise.

O maior percentual de pobre migrante reflete a composição da população de PPDs pesquisada, na qual o peso dos migrantes é maior. Separando os dois grupos, migrantes e não migrantes, observa-se que a incidência de pobreza é maior no grupo de não migrantes. Isto é, a pobreza é maior entre os PPDs nascidos no município de Uberlândia. Ressalta-se, no entanto, que a correlação entre as variáveis pobreza e migração é negativa e fraca.

Embora a incidência de pobreza seja maior entre os pobres não migrantes, as condições de habitação segundo a propriedade do imóvel são mais adequadas para este grupo em que a maioria reside em casa própria. Neste sentido, muitos dos entrevistados, caracterizados como pobres migrantes PPD, possuem uma situação de incerteza em relação às condições de moradia, tendo que despendar parcela de sua renda mensal, já baixa, para o pagamento de aluguel e financiamento habitacional.

No que diz respeito à escolaridade, os migrantes pobres estão em pior situação do que aqueles nascidos no município de Uberlândia: muitos não chegaram a concluir o ensino fundamental. Além de apresentarem piores indicadores de escolaridade, poucos pobres migrantes informaram freqüentar a escola, percentual inferior ao mencionado pelos pobres não migrantes. Provavelmente as diferenças de escolaridade e de freqüência à escola estão relacionadas ao perfil dos dois grupos, especialmente ao diferencial de idade já que os pobres migrantes são, em média, mais velhos do que os pobres não migrantes. Nesse sentido, devido à maior dificuldade de acesso ao sistema educacional no passado e ao fato de, muitas vezes, se considerarem “velhos” para freqüentarem atualmente a escola, o grupo de pobres migrantes apresenta piores indicadores de escolaridade em relação ao dos pobres não migrantes.

De um modo geral, os dados sobre educação mostram a dificuldade de acesso das pessoas com deficiência e em situação de pobreza ao sistema educacional regular.

Esta dificuldade permanece quando avaliada a inserção dos PPD em cursos de qualificação de curta duração. Os resultados mostram que a maioria dos PPDs pobres informaram nunca terem freqüentando qualquer curso com essa natureza. Muitos informaram ter freqüentado mais de um curso de qualificação, algumas vezes cursos muito diferentes um do outro (como computação e pintura automotiva; informática e vigilante; informática e massagem).

Conclui-se, portanto, que sem políticas públicas focalizadas a esta população com necessidades especiais, as pessoas portadoras de deficiência, dificilmente as mesmas conseguirão inserir-se no mercado de trabalho formal com ocupações dignas e remunerações compatíveis, considerando aquelas pessoas que a deficiência permite este tipo de inserção. Um conjunto de ações articuladas voltadas à saúde, acessibilidade, educação, qualificação, renda (principalmente via transferências governamentais) poderá minimizar o sofrimento das PPD migrantes e naturais, grande parte dependentes da ação pública, com maior preocupação pelo expressivo contingente de pessoas que além de contarem com as barreiras potencializadas pela deficiência, encontram-se na condição de pobres, sem renda mínima inclusive para suas necessidades de alimentação.

6 – Referências bibliográficas consultadas

- BERTOLUCCI JR., Luiz et. al. **Uberlândia: painel de informações municipais - 2005**. Uberlândia: CEPES/IEUFU, 2005. 94p.
- BERTOLUCCI, Jr. Luiz. **As migrações na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG. Dissertação de Mestrado, 2001;
- CAMARGOS BORGES, Marlene M. et. al. **Levantamento de informações econômico-sociais das pessoas portadoras de deficiência no município de Uberlândia-MG**. Relatório de Pesquisa. Uberlândia: CEPES/IEUFU, 2005. 107p.
- CARVALHO, José Alberto; BRITO, Fausto; RIBEIRO, José; RIGOTTI, José. Minas Gerais, uma nova região de atração populacional. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 8, 1998, Diamantina. **Anais...**, Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 1998, p. 397-420;
- FONSECA, Ricardo Tadeu M. **O mercado de trabalho e as leis de ação afirmativa em prol da pessoa portadora de deficiência**. Curitiba, 2003. Disponível em: <http://www.apabb.com.br/texto07.doc>. Acesso em 29 de março de 2005.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2000). **Atlas de Desenvolvimento Humano**. FJP: Belo Horizonte, MG, 2000. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>.
- GOMES, D. C; NEDER, H. D. Pobreza nos anos 90: os efeitos da estabilização. In: **Gestão e Desenvolvimento**, Bragança Paulista, v. 5, n. 2, p. 11-26, 2000.
- LEME, Heládio J.C. (org.). **Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia**. Relatório de Pesquisa. Uberlândia: IE e CEPES/UFU, 2001. 161p.
- LESSA, C. et. al. **Pobreza e política social: exclusão nos anos 90**. Praga: Hucitec, n. 3, 1997.
- MARTINS, Humberto; BERTOLUCCI JUNIOR, Luiz; OLIVEIRA, Polyana. (2007) Urbanização, Migração e Emprego: Uma análise de Municípios no Triângulo Mineiro e Sul de Minas. **Revista Pesquisa & Debate**, v. 18, n. 2 (32), 2007, p. 283-305.
- MUNIZ, André Luiz P. et al. **Indicadores de desenvolvimento humano para Uberlândia e municípios selecionados (1991-2000)**. Cepes/IEUFU: Uberlândia, 2005. Disponível em: <<http://www.ieufu.br/cepes>>.
- POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. Ed. Contexto, São Paulo, 2000.
- RIBAS, João Baptista Cintra. **Emprego e trabalho para portadores de deficiência: as leis, os debates e os projetos de ação no ano 2000**. Disponível em: <http://www.lerparaver.com/emprego.html>. Acesso em 29 de março de 2005.
- _____. **Poverty studies in Brazil: a review.**, Rio de Janeiro: IPEA, 1996c. (Texto para discussão n.º 398)
- _____. **Estabelecimento e comparação das linhas de pobreza para o Brasil**. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1988 (Texto para discussão interna).
- ROCHA, S. **Estabelecimento e comparação das linhas de pobreza para o Brasil**. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1988. (Texto para discussão interna)
- _____. **A situação do Trabalho no Brasil**. Produção do DIEESE. São Paulo: DIEESE, 2001.
- _____. **Poverty studies in Brazil: a review.**, Rio de Janeiro: IPEA, 1996c. (Texto para discussão n.º 398)
- ROMÃO, M. C. **Pobreza: Conceito e Mensuração**. Brasília: IPEA, 1993. (Caderno de Economia n.º 13).